



DECISÃO ADMINISTRATIVA
RECURSO CONTRA JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 059/2024; Dispensa nº. 010/2024.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS E GENEROS ALIMENTICIOS REMANESCENTES PARA ATENDIMENTO ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE BERILO/MG.

I. ESCORÇO FÁTICO

Trata-se o presente expediente de recurso ao processo licitatório em epígrafe, apresentado pela Empresa RENAN PINTO SAMPAIO no qual sustenta a inadequação da limitação territorial para participação exclusivas de ME's e EPP's, sediadas localmente no município de Berilo.

Requeru, assim, a sua habilitação no processo licitatório, visto ilegalidade na restrição para participação exclusiva de ME'S e EPP'S sediadas localmente.

Aberto o prazo para contrarrazões, as empresas interessadas quedaram-se inertes.

Em epítome, é o que se depreende. Passamos a manifestar.

II. DOS FUNDAMENTOS

Prima facie, percebe-se que o Recorrente busca questionar norma expressamente prevista no edital, com fulcro na Lei Complementar nº. 123/2006 e Lei Municipal nº 1110/2023, definiu a participação exclusiva para ME's e EPP's, sediadas localmente no Município de Berilo.



Arguiu-se hipóteses de não aplicabilidade dos benefícios concedidos, sustentando não ser aplicável a licitação exclusiva para ME's e EPP's sediadas regionalmente.

A Lei Complementar nº 123/2006 com alteração dada pela LC 147/2014 dispõe que a Administração Pública deverá conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME e/ou EPP) objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Ainda, é necessário para trazer à tona os ditames no art. 48, inciso I, da LC nº. 123/2006:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

I - **deverá** realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014) (**g.n.**).

Diante das alterações que o art. 48 passou, a intenção do legislador foi promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional com as contratações públicas. Para tanto, tornou obrigatória a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).



Quando o legislador informar que **deverá** ele não faculta ao aplicador da lei a possibilidade, ou não, de aplicar o dispositivo, mas determina um comando normativo a ser cumprido.

Nesse contexto, considerando a Jurisprudência do TCE-MG: DENÚNCIA Nº 1066685, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO em que reza sobre o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. PARTICIPAÇÃO RESTRITA ÀS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS LOCAIS E REGIONAIS. LIMITAÇÃO AMPARADA EM NORMA MUNICIPAL E JUSTIFICADA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PREVISÃO LEGAL. LICITUDE. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL E REGIONAL. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE CONTAS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. ARQUIVAMENTO.1. O art. 47 da Lei Complementar n. 123/06 determina a concessão de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; à ampliação da eficiência das políticas públicas, e ao incentivo à inovação tecnológica.2. **Considera-se plausível a limitação imposta à localização geográfica das empresas participantes do certame, devidamente justificada no instrumento convocatório, deflagrando-se o procedimento licitatório com o intuito de fomentar o comércio local e regional**, nos termos da lei.

Tendo em vista a política pública voltada para o desenvolvimento local, aliada ao determinado pela Lei 14133/21, com destaque para o princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Considerando a finalidade de ampliar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações e que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento



favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, com o objetivo de:

- I. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II. Ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III. Incentivar a inovação tecnológica.

Dá análise da Lei Municipal nº. 1110/2023, verificou-se que, quanto ao que se refere os benefícios para ME e EPP localizadas local ou regionalmente, o art. 9º prevê seguinte:

“Art. 9º - Os benefícios referidos nos arts. 6º e 8º poderão, motivado e justificadamente, estabelecer a prioridade e preferência de contratação para as pequenas empresas sediadas local ou regionalmente, **até o limite de dez por cento do melhor preço válido:**

§3º. Aplica-se o disposto neste artigo nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10 (dez) por cento superiores ao menor preço;

§4º Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no §3º, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do §1º e §3º, na ordem classificatória;

Isto posto, entende-se que, o benefício para ME e EPP localizadas regionalmente, de acordo com a Lei Municipal 1110/2023, apenas dá o benefício



de prioridades para àquelas empresas sediadas localmente, até o **limite de dez por cento do melhor preço válido.**

Mesmo havendo a demonstração na fase interna da existência de três fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte localizados regionalmente, como é o caso do processo licitatório em epígrafe, o benefício prioritário a elas é o limite de dez por cento do melhor preço válido.

Portanto, o processo licitatório é destinado apenas à contratação de empresas enquadradas como ME e EPP, contudo, os benefícios para àquelas localizadas regionalmente, é até o limite de dez por cento do melhor preço válido.

Dessa forma é como decidiu o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio da consulta nº. nº. 932701, vejamos:

"1. Salvo se de outro modo disposto nas normas locais, a Administração poderá pagar até 10% (dez por cento) a mais do melhor preço válido na licitação para contratar licitantes enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente (art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06)."

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso apresentado pela Empresa **RENATO PINTO SAMPAIO**, posto que tempestivo, para no mérito, julgá-lo **PROCEDENTE**, habilitando-a e declarando-o vencedor naqueles itens em que apresentou proposta com mais de 10% (dez por cento) de vantagem daquelas apresentadas pelas empresas ME e EPP localizadas localmente; caso houver itens em que apresentou proposta mais vantajosa inferior a 10%, deverá ser concedida preferência para àqueles empresas localizadas localmente, em ordem de classificação, para apresentarem proposta mais vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

Salvo melhor juízo, é a decisão administrativa.

Berilo (MG), 19 de setembro de 2024.

CHARLES ELICK AMARAL GODINHO

Secretário Municipal